

Internet e direitos econômicos, sociais e culturais



Apoio:



Internet e direitos econômicos, sociais e culturais

- 1 Internet e Direitos Humanos
Sally Burch
- 2 Por um enfoque econômico, social e cultural
Anriette Esterhuysen
- 6 Acesso às redes, direitos e desenvolvimento sustentável
David Souter
- 11 Considerações relevantes para potencializar a tecnologia
Alan Finlay e Deborah Brown
- 14 Costa Rica: polos tecnológicos rurais
Kemly Camacho
- 17 Colômbia: O papel das TIC no processo de paz
Olga Paz Martínez
- 19 Panamá: benefícios e riscos do teletrabalho
Krizia Matthew
- 21 Uruguai: uma estratégia de desenvolvimento humano informacional
Ana Rivoir e Santiago Escuder
- 24 Chile: programa para melhoria dos serviços de saúde beneficia grupos excluídos
Valentina Hernández
- 26 Peru: as TIC dão voz às línguas indígenas
Roberto Anguis e Juan Bossio

Internet e Direitos Humanos

Sally Burch

No início deste século, quando as Nações Unidas iniciavam a preparação da primeira Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (Genebra 2003), em pleno boom dos ponto.com, o setor de telecomunicações que a impulsionou impôs sua marca, apontando o foco da Cúpula para tecnologia e mercado. Tratava-se basicamente de igualar condições, de modo que as empresas conquistassem uma situação favorável para levar internet a continentes como a África e a Ásia, a fim de ampliar suas oportunidades de lucros.

Foram os atores da sociedade civil, com o apoio de alguns governos, que subverteram o esquema, ao insistir em que não podemos pensar em “sociedade” sem enquadrá-la claramente nos direitos humanos. E assim se tornou possível a convivência dos dois enfoques (não sem contradições), na plataforma e no plano de ação de Genebra.

Desde então, a relação internet/direitos registrou avanços (como as normativas que garantem direitos, por exemplo, na Europa e no Brasil) e retrocessos (como revelou Edward Snowden a respeito da espionagem massiva da Agência Nacional de Segurança - NSA dos EUA). Ao mesmo tempo, ficou evidente que o acesso à internet bem administrado pode facilitar a conquista de direitos, como uma maior liberdade de expressão da cidadania ou uma participação mais ativa na política. Até agora, contudo, o debate concentrou-se quase exclusivamente nos direitos políticos e civis, e muito pouco nos direitos econômicos, sociais e culturais (DESC).

Hoje a internet deve ser considerada muito mais que uma plataforma tecnológica que conecta sistemas de hardware e software; suas múltiplas aplicações deram lugar a uma nova dimensão da sociedade – o ciberespaço –, que está plenamente integrada à realidade física, gerando

transformações mútuas. Diversas funções econômicas e sociais, assim como serviços públicos e privados, deslocam-se para a internet, aprimorando-se em alguns casos, mas também aprofundando a exclusão onde não existe o acesso adequado. Alguns empregos se transformam ou são eliminados, criando-se novos e afetando direitos laborais. Alguns aspectos dos sistemas educativos são transformados, mas nem sempre respeitando parâmetros que melhorem a educação. E com os novos sistemas de inteligência artificial, baseados no processamento massivo de dados, fica mais agudo o risco de perfilamento discriminatório e de perda de controle da cidadania sobre decisões que antes respondiam a processos democráticos e a normativas legais.

Para que a internet e as tecnologias possam realmente contribuir na garantia de direitos, é necessário desenvolver um marco de políticas públicas para este propósito.

O estudo realizado recentemente pela Associação para o Progresso das Comunicações (APC) sobre DESC e internet é uma contribuição significativa para estes debates. Especialmente, dá pistas para a formulação de políticas públicas, tanto em matéria de um melhor aproveitamento da internet para a promoção dos DESC, como para prevenir novas ameaças aos direitos que derivam do desenvolvimento tecnológico. Os artigos desta coedição sintetizam algumas das contribuições do estudo, em particular no que se refere à América Latina¹. <<

1 APC, IDRC: Global Information Society Watch 2016: Economic, social and cultural rights and the internet, giswatch.org/node/5783/ Os artigos desta revista são versões reduzidas de artigos publicados como parte do “Monitor mundial sobre a sociedade da informação 2016” giswatch.org. A versão digital em espanhol inclui textos da Argentina e da Venezuela. O conteúdo tem licença Creative Commons Atribución 4.0 Internacional - creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.es

Por um enfoque econômico, social e cultural

Anriette Esterhuysen

O reconhecimento da internet como “meio de comunicação vital para possibilitar às pessoas o exercício de seu direito à liberdade de expressão ou do direito de buscar, receber e difundir informações e ideias de todo tipo, acima de qualquer fronteira”, como garantem os artigos 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos e do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, foi estabelecido expressamente pela primeira vez no relatório de julho de 2011 de Frank La Rue, Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH) para a promoção e proteção do direito de liberdade de opinião e expressão. Além disso, ele considera que:

O direito à liberdade de opinião e expressão é um direito fundamental em si mesmo, ao mesmo tempo que é fator coadjuvante de outros direitos, entre eles os econômicos, sociais e culturais, como o direito à educação e a participar na vida cultural e gozar dos benefícios do progresso científico e de suas aplicações, assim como os direitos civis e políticos, como os direitos à liberdade de associação e reunião. Desse modo, ao funcionar como catalizador do direito pessoal à liberdade de opinião e de expressão, a internet também facilita o exercício de outros direitos humanos diversos¹.

1 La Rue, F. (2011). Relatório do Relator Especial

Anriette Esterhuysen é da Associação para o Progresso das Comunicações (APC) - www.apc.org

Em meados de 2012, ficou claro que outros Relatores Especiais das Nações Unidas estavam levando muito a sério o tema dos direitos humanos e internet - inclusive o Relator Especial sobre o direito à liberdade de reunião pacífica e de associação²; o de direitos culturais³; violência contra as mulheres; e racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância⁴. No dia 5 de julho de 2012, 85 países assinaram a resolução do CDH, liderados pela Suécia, afirmando o simples fato de que os mesmos direitos existentes na sociedade devem ser assegurados no espaço virtual⁵.

A partir desta medida chave de 2012, a cada dois anos o CDH analisa uma resolução re-

sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão (A/HRC/17/27).

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/17/27&referer=https://www.google.com/&Lang=S

2 APC. (2012, 28 junho). Internet: APC sees progress in the full recognition of the freedom of association and assembly. APCNews. <https://www.apc.org/en/node/14676>

3 Shaheed, F. (2012). Report of the Special Rapporteur in the field of cultural rights, Farida Shaheed (A/HRC/20/26). <https://daccess-ods.un.org/TMP/5280131.69765472.html>

4 Ruteere, M. (2012). Report of the Special Rapporteur on contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance, Mutuma Ruteere (A/HRC/20/33). www.ohchr.org/Documents/Issues/Racism/A.HRC.20.33_en.pdf

5 APC. (2012, 6 Julho). The UN recognises freedom of expression on the internet as a human right. APCNews. <https://www.apc.org/en/node/14772>

lativa à internet - desde o reconhecimento básico da aplicabilidade dos direitos humanos no ambiente virtual à abordagem de temas críticos, como a busca de soluções para a desigualdade digital de gênero, os ataques às pessoas por exercerem seus direitos na internet e o fim das interrupções intencionais de acesso à rede. A resolução de julho de 2016 relaciona os direitos humanos na rede ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁶.

Portanto, parece que mais governos estão se comprometendo seriamente em concretizar as liberdades na internet, utilizando o discurso de direitos humanos e seus mecanismos para alcançá-la. Isso fica mais evidente no lançamento da Freedom Online Coalition de governos, em dezembro de 2011⁷, e de uma maior participação e aceitação dos direitos humanos como um tema legítimo a tratar no Fórum de Governança da Internet (FGI)⁸.

Ambivalência

Mas qual a profundidade real do compromisso dos governos? Os grupos da sociedade civil desconfiam particularmente, quando, graças às revelações de Snowden, membros da Freedom Online Coalition, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, aparecem como violadores dos direitos à privacidade. Três anos mais tarde, a situação ainda parece bastante desalentadora.

O bloqueio e a filtragem de conteúdos⁹ são

6 APC. (2016). APC welcomes Human Rights Council resolution on the internet and human rights. <https://www.apc.org/en/pubs/apc-welcomes-human-rights-council-resolution-inter>

7 A coalizão teve sua sexta reunião em Costa Rica em outubro de 2016. Para mais informações ver: <https://www.freedomonlinecoalition.com>

8 intgovforum.org

9 Para mais informações sobre esta prática, ver:

comuns: em alguns países a prática é endêmica¹⁰. O governo russo aprovou em 2013 uma lei que lhe permite bloquear seletivamente conteúdos que considerar nocivos para as crianças. Os ativistas de direitos humanos consideram que a lei de proteção infantil foi desenhada como “uma fissura que possibilita uma censura mais ampla na internet”. Em meados de 2013, o governo britânico introduziu o uso obrigatório de filtros de pornografia infantil. Muitos países em desenvolvimento, particularmente da África, Ásia e do Oriente Médio, também praticam ativamente a censura on-line¹¹. Até os governos em geral comprometidos com a liberdade de expressão estão tomando iniciativas para limitá-la na internet, a exemplo da decisão do Equador de junho de 2013 de estabelecer uma “política de nome real” que proíbe a opinião anônima na internet¹². E as interrupções de acesso à internet estão se tornando frequentes na África e em parte da Ásia, especialmente durante as eleições ou protestos políticos¹³.

Polarização Norte-Sul

Muitos governos dos países em desenvolvimento continuam sendo ambivalentes¹⁴. Re-

<https://opennet.net/about-filtering>

10 La Rue, F. (2011). Op. cit.

11 O relatório de Freedom House’s Freedom on the Net 2012 considera “livres” apenas dois dos seis países de África subsaariana. Ver www.freedomhouse.org/sites/default/files/resources/FOTN%202012%20Summary%20of%20Findings.pdf

12 APC. (2012, 15 agosto). New regulation threatens anonymity on the internet in Ecuador. APC-News. <https://www.apc.org/en/node/14993>

13 Vernon, M. (2016, 6 June). Pushing Back Against Internet Shutdowns. CIPESA. cipesa.org/2016/06/pushing-back-against-internet-shutdowns and Endalk. (2016, 11 octubre). Ethiopian Authorities Shut Down Mobile Internet and Major Social Media Sites. Global Voices. <https://advox.globalvoices.org/2016/10/12/ethiopian-authorities-shut-down-mobile-internet-and-major-social-media-sites>

14 Ver, por exemplo, o relatório da Oficina de Alto Comissariado de Direitos Humanos, Resumo do Painel

sistem a apoiar ativamente as liberdades na internet porque: a) preocupam-se com a “segurança” e a ameaça do cibercrime e do “terrorismo”; b) consideram que o crescimento e desenvolvimento econômico são mais importantes; c) não veem (ou não lhes convencem os argumentos a favor) a relação entre os direitos humanos e o desenvolvimento; e d) veem a agenda de liberdades na internet como parte das políticas exteriores e de livre comércio conduzidas pelos EUA como “líder do mundo livre”, ao mesmo tempo que isso ajuda as empresas norte-americanas a acessar novos mercados e fazer negócios sem pagar impostos nem participar com investimentos estrangeiros diretos¹⁵.

A cultura política também contribui para os países responderem de formas diferentes à internet. Alguns governos, principalmente na África, desconfiam da internet e de seu impacto nos valores tradicionais, na cultura e na identidade. Alguns simplesmente sufocam a liberdade de expressão e associação como um meio de controle e retenção de poder. Isto é mais evidente nos países com instituições estatais frágeis e altos níveis de corrupção. Os funcionários do Estado e os políticos temem as consequências da capacidade de expressão e participação dos cidadãos na esfera pública.

Lacunas na pesquisa, análise, discurso, defesa e criação de redes

Estas respostas ambivalentes e polarizadas às políticas e à regulação da internet podem ser

de Especialistas do Conselho de Direitos Humanos em liberdade de expressão e internet, Genebra, 2012.

15 Isto se reflete na atenção voltada à segurança cibernética na Comissão da União Africana e na União Internacional de Telecomunicações, um fórum no qual os países em desenvolvimento são em geral participantes ativos, assim como nas negociações relacionadas à revisão do Regulamento Internacional de Telecomunicações na Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais em dezembro de 2012.

atribuídas, ao menos em parte, a desigualdades na pesquisa, no conhecimento e no discurso em matéria de direitos humanos e de políticas de internet. São as seguintes:

A) Desigualdade no enquadramento: Supõe-se que todos os direitos humanos - inclusive os civis, políticos e econômicos, sociais e culturais - são “inseparáveis”. No entanto, praticamente todo o enquadramento no discurso da liberdade da internet se fez a partir da perspectiva dos direitos civis e políticos¹⁶.

B) Desigualdade na participação: A grande maioria dos participantes no discurso da “liberdade da internet” provém de países desenvolvidos. Poucos têm experiência ou conhecimentos em teoria, políticas ou práticas de desenvolvimento.

C) Desigualdade conceitual: A internet é descrita frequentemente como onipresente e integrada à vida social, política e econômica contemporânea. Mas não existe uma conceitualização coerente da internet a partir da perspectiva de como o direito, a política e a regulação deveriam tratá-la. Muitos governos querem um maior controle sobre a internet, enquanto as empresas, a comunidade técnica e a sociedade civil tendem a resistir a isto, ainda que nem sempre pelas mesmas razões.

D) Desigualdade na pesquisa: A internet foi muito pouco estudada através do prisma dos direitos econômicos, sociais e culturais, o que difere do enfoque dos “TIC para o desenvolvimento” (tecnologias de informação e comunicação). Inclusive dentro da perspectiva dos direitos civis e políticos, a pesquisa exis-

16 Hawtin, D. (2011). Internet charters and principles: trends and insights. In Finlay, A. (Ed.), Global Information Society Watch 2011: Internet rights and democratisation. APC e Hivos. <https://giswatch.org/mapping-democracy/internet-rights/internet-charters-and-principles-trends-and-insights-0>

tente é fortemente orientada a uma estreita gama de direitos civis (liberdade de expressão, privacidade e liberdade de associação).

E) Desigualdade de princípios: A maioria das declarações de princípios para as políticas, a regulação e a governança da internet estão centradas na privacidade, na liberdade de expressão e associação e na proteção contra a censura¹⁷. Não sabemos de nenhum conjunto coerente de princípios criado para considerar efetivamente os direitos econômicos, sociais e culturais.

F) Desigualdade em ativismo e redes: as organizações de direitos humanos do Sul Global

17 Hawtin, D. (2011). Op. cit. Ver como exemplo o Charter de Direitos e Princípios da Internet da coalizão dinâmica de direitos e princípios da internet (2011): internetrighsandprinciples.org/site; a Carta de Direitos na Internet da APC (2006): <https://www.apc.org/en/node/5677>; e o Bill of Privacy Rights (2010) da Electronic Frontiers Foundation: <https://www.eff.org/deeplinks/2010/05/bill-privacy-rights-social-network-users>

focadas no desenvolvimento raras vezes estão centradas nos direitos relacionados à internet. O resultado é uma lacuna no que diz respeito a como os grupos de direitos humanos definem a relação entre a internet e os direitos econômicos, sociais e culturais, e como estes se relacionam com o desenvolvimento.

As implicações são claras: se quisermos ampliar o discurso sobre o enfoque da governança da internet baseada em direitos, devemos fazê-lo para incluir todos os direitos, inclusive os econômicos, sociais e culturais. De outra forma, serão reforçadas as divisões geopolíticas que conduziram à criação de dois instrumentos de direitos, separados desde sua origem - quando um único instrumento teria sido muito mais fácil de implementar e monitorar. Além disso, impactaria negativamente a criação de espaços de configuração e definição de políticas como o Fórum de Governança da Internet. ⚡

Acesso às redes, direitos e desenvolvimento sustentável

David Souter

Os direitos humanos são cruciais para o desenvolvimento. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável imagina “um mundo em que seja universal o respeito aos direitos humanos e à dignidade das pessoas, ao estado de direito, à justiça, à igualdade e à não discriminação; onde se respeitem as raças, a origem étnica e a diversidade cultural e exista igualdade de oportunidades para que o potencial humano seja plenamente realizado e para contribuir com uma prosperidade compartilhada... um mundo justo, igualitário, tolerante, aberto e socialmente inclusivo, em que as necessidades dos mais vulneráveis sejam atendidas.”

Os direitos humanos são definidos em uma série de instrumentos internacionais, dentre os quais o mais importante é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)¹. Os compromissos dos governos em relação aos direitos incluídos na DUDH estão formalizados no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP)² e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)³. Os governos devem evitar violar estes direitos e são responsáveis por habilitar os cidadãos a desfrutar deles⁴.

1 <http://www.un.org/es/universal-declaration-human-rights/index.html>

2 <http://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/CCPR.aspx>

3 <http://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx>

4 Outros instrumentos cruciais têm a ver com os

O PIDCP abrange os direitos individuais, incluindo a liberdade de expressão e associação, e o direito à privacidade. O PIDESC se ocupa de direitos sociais mais amplos, cuja satisfação requer dos governos um compromisso com políticas e investimento a longo prazo - um processo chamado “realização progressiva”. Além de afirmar a autodeterminação e a igualdade de gênero, as principais cláusulas do Pacto têm a ver com o direito ao trabalho, condições de trabalho e direitos sindicais, direito à previdência social e a um “padrão adequado de vida”, a não passar fome, à proteção da família, à saúde e à educação e a participar da vida cultural, incluindo os “benefícios do avanço científico e suas aplicações”. Alguns destes direitos concernentes a crianças e mulheres se desenvolvem mais detalhadamente na CEDAW e CRC.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável⁵ inclui 17 Objetivos (ODS) e 169 metas. Os direitos incluídos no PIDESC vão além e oferecem um marco de apoio e referência para muitos destes ODS, enquanto as metas estabelecem objetivos quantificáveis, que

direitos das mulheres (Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, CEDAW - <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/sconvention.htm>); das crianças (Convenção sobre os direitos da criança, CRC - <http://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/CRC.aspx>) e com a discriminação racial (Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, ICERD - <http://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/CERD.aspx>).

5 <http://www.un.org/sustainabledevelopment/es/la-agenda-de-desarrollo-sostenible/>

David Souter escreve em um blog semanal para APC (em inglês) www.apc.org/node/22140

ajudarão no cumprimento destes direitos. Por exemplo, os objetivos para acabar com a pobreza e a fome (ODS 1 e 2) e para garantir o acesso à água e à energia (ODS 6 e 7) se relacionam ao direito a um adequado padrão de vida e alimentação, presente no Pacto. Os ODS 3 e 4 estão ligados aos direitos à saúde e à educação e o ODS 8 ao “trabalho decente para todos”.

Muito se discutiu sobre a relação entre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e o desenvolvimento sustentável, incluindo os ODS. Como diversas outras organizações, a Associação para o Progresso das Comunicações (APC) expressou sua preocupação a respeito da forma limitada como é reconhecido o potencial das TICs e da internet na Agenda 2013 e seus objetivos.

A Agenda reconhece que “a expansão das tecnologias da informação e comunicação e a interconexão mundial trazem grandes possibilidades para acelerar o progresso humano, superar a desigualdade digital e desenvolver as sociedades do conhecimento”. Mas não existe nenhum objetivo relacionado especificamente às TICs, e apenas uma das 169 metas se relaciona ao acesso às TICs, embora as mencione em outras três (sobre empoderamento das mulheres, educação e pesquisa e desenvolvimento).

Observamos que há um reconhecimento muito maior na Agenda do valor do acesso à informação - tanto a informação que permita às pessoas tomarem decisões sobre sua vida, como a que possibilita àqueles que determinam as políticas tratar mais efetivamente o desenvolvimento econômico, social e cultural. Entretanto, os papéis transversais, tanto da informação como da comunicação, encontram-se pouco representados no marco geral.

Os resultados do processo de revisão de dez anos de contribuições da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI+10) da ONU mostravam a urgência das partes inte-

ressadas construir uma relação mais efetiva entre as TICs e os ODS. A APC acredita que há três aspectos importantes a considerar a este respeito, cada um dos quais é crucial para acessar e exercer os direitos econômicos, sociais e culturais:

- Com as TICs, estão mudando as maneiras como os governos, as empresas e os cidadãos se comportam. Os governos e outras partes interessadas devem compreender estas mudanças, aproveitar aquelas que trazem novas oportunidades para cumprir os ODS e permanecer atentos para reduzir os riscos que possam destruir os objetivos.
- As políticas e programas de desenvolvimento podem aproveitar o potencial das TICs para implementar os ODS de muitas maneiras: desde reunir evidências para elaborar e implementar projetos de desenvolvimento, até facilitar o acesso à informação. Os governos e outras partes interessadas deveriam aproveitar plenamente estas vantagens para apoiar o cumprimento de cada um dos ODS.
- As TICs podem melhorar o monitoramento e a medição do progresso dos ODS. Os governos e outras partes interessadas deveriam aproveitar isto ao máximo, para melhorar a eficácia da implementação dos ODS, ao mesmo tempo que se protegem os direitos à privacidade e à informação.

Uma forma de reunir estes temas é colocar a relação entre as TICs e os ODS no marco dos direitos econômicos, sociais e culturais estabelecidos no PIDESC.

A revisão da CMSI+10 declarou que os direitos humanos são “centrais na visão da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação”. A Assembleia Geral também declarou que “os mesmos direitos que as pessoas têm na sociedade devem ser garantidos no mundo vir

tual”, o que implica que os direitos na rede e fora dela devem ser equivalentes.

A maior parte do debate sobre as TICs, a internet e os direitos humanos centrou-se nos direitos civis e políticos. A internet, em particular, abriu novas oportunidades para as pessoas exercerem a liberdade de expressão e publicarem suas opiniões, acessarem a informação, associarem-se entre si on-line e no mundo fora da rede, e participar em atividades sociais e políticas. Ao mesmo tempo, criou novas ameaças à privacidade, exercidas tanto pelos governos como pelas empresas, e mudou as maneiras como os direitos à informação e à expressão podem ser cumpridos ou violados.¹

Prestou-se muito menos atenção ao impacto das TICs e da internet nos direitos econômicos, sociais e culturais (DESC). No entanto, estes são tão importantes no regime internacional de direitos como os direitos civis e políticos. As TICs e a internet desempenham um papel cada vez mais importante em todos os aspectos da vida econômica, social e cultural. E sua relevância nestes âmbitos está crescendo a cada ano, à medida que as TICs e a internet estão mais presentes no mundo, e que os serviços, os aplicativos e os dispositivos que as pessoas utilizam se tornam cada vez mais sofisticados. A iminente Internet das Coisas trará um crescimento veloz à sua onipresença, sofisticação e influência.

Conectando TICs, ODS e DESC

Os direitos econômicos, sociais e culturais são fundamentais para o desenvolvimento. Devem ser protegidos e promovidos, devido ao impacto que a educação, a saúde, o emprego e as outras dimensões da vida incluídas neles têm sobre os indivíduos e as comunidades. Es-

1 Mais detalhes em Souter, D. (2012). Human Rights and the Internet: A review of perceptions in human rights organisations. APC. https://www.apc.org/en/system/files/HumanRightsAndTheInternet_20120627.pdf

tes direitos apoiam e são apoiados pelos direitos civis e políticos, mas não estão subordinados a eles.

A maioria dos direitos no PIDESC requer investimento e compromisso político sustentados ao longo do tempo. Consequentemente, sua aplicação está estreitamente relacionada aos marcos estratégicos para o desenvolvimento, a mobilização de recursos e o desdobramento de infraestruturas, adotados pelos governos e respaldados por organismos financeiros e de desenvolvimento internacionais.

Os ODS oferecem um marco adequado para advogar e aplicar os direitos econômicos, sociais e culturais dentro de um enfoque global do desenvolvimento sustentável que melhora a prosperidade econômica, promove a igualdade social e facilita a expressão da identidade cultural. Embora os DESC se expressem em termos gerais como princípios, os ODS também oferecem um marco de metas, que poderiam ser consideradas para estabelecer objetivos de direitos e/ou contra os quais se podem medir os avanços em direção à sua realização.

Os parágrafos seguintes desenvolvem três aspectos importantes da relação entre as TICs, os DESC e os ODS.

A adoção das metas ODS relacionadas aos DESC

O primeiro se refere à forma como os ODS proporcionaram objetivos específicos, mediante os quais é possível monitorar e medir o progresso em direção a alguns DESC. A saúde é um bom exemplo. O artigo 12 do PIDESC reconhece o direito de todos a “desfrutar do mais alto nível possível de saúde física e mental”, esforços para reduzir a mortalidade infantil, prevenir enfermidades e melhorar a higiene. O ODS 3 estabelece metas específicas para a redução da mortalidade materna e infantil, da mortalidade por doenças epidêmicas e não transmissíveis e outros objetivos relacionados à saúde.

Outros DESC também se traduzem em objetivos específicos nos ODS. As TICs são importantes neste contexto de duas formas. Em primeiro lugar, podem ser utilizadas para melhorar o acesso e a difusão dos direitos e objetivos, tais como os relativos à saúde e à educação, por exemplo, mediante a promoção da saúde e o diagnóstico a distância, e por meio de recursos educacionais abertos e o acesso a computadores em escolas. Em segundo lugar, as TICs podem melhorar a qualidade da compilação e a análise de dados, com os quais se pode medir com maior eficácia o progresso, tanto no que diz respeito aos direitos como aos ODS.

A importância do acesso às TICs para alcançar os DESC e ODS

O acesso à internet e a outras TICs é crucial para desempenhar estas funções. O PIDCP outorga às pessoas o direito a “receber e transmitir informação e ideias de todo tipo”. Esse direito respalda a capacidade dos cidadãos para aproveitar os recursos que a internet pode colocar à disposição para melhorar sua saúde e educação, previdência social e qualidade de vida - direitos econômicos, sociais e culturais que estão incluídos no PIDESC. O PIDESC outorga às pessoas o direito a “gozar dos benefícios do progresso científico e suas aplicações”, que deveria incluir os benefícios do acesso à infraestrutura e aos serviços de telecomunicações que dão suporte à internet. O acesso a essas redes e serviços pode, portanto, ser considerado necessário dentro do regime de direitos.

Entretanto, além do acesso, os governos e outras partes interessadas devem usar o potencial das TICs para avançar nos ODS que facilitam os DESC. É importante atingir uma conectividade generalizada, para que os governos e outras partes interessadas possam prestar serviços iguais a todos os cidadãos. E os próprios cidadãos precisam de acesso para aproveitar as oportunidades de autoempoderamento necessárias tanto para os direitos como para as metas. O acesso, neste contex-

to, vai muito além da conectividade generalizada. Também requer que as redes sejam acessíveis e que as pessoas tenham a capacidade de fazer pleno uso dos recursos que põem à disposição, incluídas habilidades de alfabetização, pesquisa e destrezas técnicas. Alcançar os DESC na sociedade da informação requer que os formuladores de políticas abordem todos estes requisitos.

A complexa relação das TICs com os DESC

As TICs podem ter impactos negativos e positivos tanto nos direitos como nos objetivos de desenvolvimento. A ameaça que as TICs supõem à privacidade (artigo 17 do PIDCP) é bem conhecida. O Banco Mundial argumentou recentemente que “em muitos países a internet beneficiou desproporcionalmente as elites políticas”². Embora as TICs possam apoiar o cumprimento dos DESC, esses mesmos direitos também podem necessitar de novos tipos de proteção.

Os direitos trabalhistas estabelecidos no PIDESC exemplificam este desafio. O artigo 6 do Pacto reconhece “o direito ao trabalho”, incluindo o “direito de toda pessoa a ter a oportunidade de ganhar a vida com um trabalho livremente escolhido ou aceito”, enquanto o artigo 7 agrega “o direito de todas as pessoas a condições de trabalho igualitárias e satisfatórias”, incluindo uma remuneração justa, proteção à saúde e segurança e igualdade de oportunidades. O artigo 8 outorga uma forte proteção aos sindicatos. O ODS 8, de forma similar, demanda o “emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens”, e para a proteção dos direitos trabalhistas em “um entorno de trabalho seguro e sem riscos”³.

Entretanto, há uma preocupação crescente de que a digitalização cada vez maior das econo

2 World Bank. 2016). World Development Report 2016: Digital Dividends. <http://bit.ly/1ROyaSA>

3 ODS 8, metas 8.5 y 8.8.

mias reduza oportunidades de emprego, enquanto os regimes de emprego mais flexíveis nas novas empresas digitais (a chamada “economia gig”) reduz a sua qualidade, a remuneração e a afiliação sindical. Necessita-se muito mais pesquisa e análise para identificar como se podem manter os direitos e alcançar os objetivos de desenvolvimento em um entorno trabalhista que se transforma rapidamente.

O que é preciso fazer?

A sociedade da informação oferece oportunidades para ajudar a concretizar os direitos econômicos, sociais e culturais e seus ODS correspondentes, de uma maneira que antes não era possível, mas ao mesmo tempo tem o potencial de ameaçar estes direitos. O acesso desigual às TICs oferece o risco de que o acesso aos direitos e aos resultados do desenvolvimento também se tornem desiguais, minem a conquista de uma maior igualdade, crucial para o desenvolvimento sustentável. As partes interessadas do setor das TICs devem maximizar o valor potencial destas tecnologias para o desenvolvimento e os direitos, mas também buscar mitigar os problemas.

Algumas das conquistas em matéria de direitos e metas derivados das TICs estão estreitamente relacionados aos direitos civis e políticos. Por exemplo, permitem um maior acesso à informação em áreas como a saúde, a educação e a agricultura, que os indivíduos - assim como os profissionais - podem utilizar para tomar decisões que melhorem suas vidas e seus entornos. A interatividade que as tecnologias facilitam permite às pessoas compartilhar experiências, conhecimentos e preocupações em grupos, assim como entre indivíduos, fomentando os tipos de solidariedade em que se baseia o sindicalismo e a ação comunitária. Em áreas como saúde e educação, a produção de alimentos e o emprego, o bem-estar social e a família, um melhor acesso à informação e a outras experiências pode ser fundamental para conseguir satisfazer os direitos econômicos, sociais e culturais, assim como os civis e políticos.

Estes fatores ilustram até que ponto os direitos civis e políticos estão vinculados aos direitos econômicos, sociais e culturais. Estes últimos, no entanto, se distinguem em aspectos significativos. A necessidade de investimento e a realização progressiva dos DESC requerem um enfoque estratégico e integrado, coerente com as agendas de desenvolvimento que agora estão sendo desenhadas para implementar os ODS. A presença limitada das TICs dentro dos ODS, e portanto nessas agendas, pode ser um problema. As TICs e a internet poderiam ter um impacto muito mais importante na implementação dos ODS do que se havia pensado. Também devem estar mais profundamente integradas nas estratégias de sustentabilidade.

Um elemento crucial é a necessidade de um maior diálogo e entendimento entre os atores envolvidos nas três áreas discutidas neste artigo: as TICs, os direitos e o desenvolvimento sustentável. Os enfoques multissetoriais, que se tornaram mais comuns nos últimos anos nos três campos, poderiam ajudar a estimular este diálogo. Também o desenvolvimento de marcos analíticos para monitorar o progresso em direção aos ODS. Os governos e as agências de desenvolvimento poderiam e deveriam fazer mais para envolver a ampla gama de partes interessadas dentro das comunidades em processos de governança transparentes, responsáveis e com os recursos adequados. Os atores da sociedade civil podem apoiar este processo, ao continuarem enfatizando a associação entre os direitos e o desenvolvimento, em busca de prosperidade econômica, igualdade social e sustentabilidade ambiental. ⌞

Considerações relevantes para potencializar a tecnologia

Alan Finlay e Deborah Brown

Nos últimos dois anos, a Associação para o Progresso das Comunicações (APC) tem pesquisado de que modo a internet pode habilitar os direitos econômicos, sociais e culturais (DESC)¹ e tem defendido uma maior atenção sobre o papel da internet para assegurar o exercício desses direitos.

Embora desde meados dos anos 1990 tenham sido feitos esforços significativos para usar a internet para melhorar o acesso à educação, saúde e segurança alimentar, entre outros objetivos de desenvolvimento, estas iniciativas raramente foram formuladas dentro de um marco de direitos. A nossa pesquisa levanta as seguintes perguntas: dada a proliferação de tecnologias da informação e comunicação (TICs), quais são os principais desafios para formulação de políticas que aproveitem o potencial da internet para assegurar os DESC? Quais são os gargalos? Qual é a responsabilidade dos Estados em relação às exigências da sociedade civil?

Este relatório lista sete considerações-chaves para analisar como a internet tem impacto nesses direitos.

1. A internet habilita o exercício dos DESC - Embora o acesso à internet não constitua um

¹ <https://www.apc.org/en/projects/internet-rights-are-economic-social-cultural-rights>

Alan Finlay e Deborah Brown integram a Associação para o Progresso das Comunicações (APC).

direito humano em si, pode ser habilitador do exercício dos DESC. A internet ajuda pessoas a encontrarem trabalho e os sindicatos a se organizarem; permite que pequenos agricultores tenham acesso a informação competitiva sobre o mercado; é um potente promotor da participação cultural, da inovação e da expressão artística; permite que os recursos de aprendizagem sejam compartilhados; e facilita o acesso a informações sobre saúde e aconselhamento médico. Portanto, aumentar e melhorar o acesso à internet é importante para que os Estados cumpram as suas obrigações de acordo com os termos do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais². As barreiras que inibem o acesso à internet devem ser tratadas como parte das obrigações do Estado para respeitar, proteger e satisfazer o desfrute de todos os direitos humanos.

2. A internet cria novas formas de intercâmbio que têm impacto no exercício dos DESC -

O desenvolvimento global da internet resultou em novas interações e intercâmbios econômicos, sociais e culturais, que não poderiam ter ocorrido sem a rede. Por exemplo, a abertura a novos mercados para os pequenos produtores de bens culturais criou modelos de negócio que não existiam antes, enquanto na área da participação cultural as tecnologias digitais e o fácil acesso a elas democratizaram e fortaleceram os direitos culturais. É fundamental que os governos compreendam bem como a

² <http://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx>

internet permite novas formas de empoderamento social e político de indivíduos e coletivos, assim como novos modos de criação e intercâmbio digital, e a importância de criar políticas que promovam essas novas formas de exercer os DESC. Por exemplo, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA)¹ recomenda que seja dada uma atenção especial à preservação do patrimônio cultural digital.

3. A internet pode ter um impacto negativo nos DESC - A internet e as novas tecnologias também podem afetar negativamente o exercício dos DESC e até facilitar a violação desses direitos. Isso pode ocorrer como consequência de projetos governamentais de TICs mal administrados ou de legislação obsoleta ou pouco efetiva. A intervenção direta por parte dos Estados, seja por meio da censura ou da vigilância das comunicações, também pode afetar esses direitos. O armazenamento em massa de dados pessoais pelos intermediários também é utilizado pelos Estados para violar os direitos - por exemplo, os direitos dos movimentos sociais e sindicatos. As corporações, mesmo não estando no mesmo nível de obrigação que os Estados, também têm a responsabilidade de respeitar os direitos humanos e o seu papel afeta o exercício dos DESC. Por isso são necessárias políticas adequadas para o seu cumprimento.

4. A internet empodera indivíduos e grupos de formas diferentes - Embora se esperasse que a internet reduzisse a lacuna de pobreza, as evidências indicam que a disparidade entre ricos e pobres aumentou, e que a riqueza se concentrou em uma minoria global que é a principal beneficiária da internet². Existem diferenças significativas no acesso à internet de qualidade e de baixo custo, devido a questões

relacionadas com a renda, a educação, o gênero, a linguagem, a localização geográfica e outros fatores econômicos, sociais e culturais, que continuam sendo preocupações latentes para propiciar os DESC. Outro tema que parece não ter recebido a devida atenção por parte dos governos são as diferentes maneiras como os grupos e as comunidades se empoderam quando conseguem utilizar a internet em contextos “de acesso igualitário”, isto é, quando não há barreiras óbvias para o acesso. Se o acesso é dinâmico, confiável e participativo, os grupos conseguem um acesso efetivo à informação de que precisam para se empoderar, e há mais capacidade de ação social e política. Os Estados têm a obrigação de entender quando esses desequilíbrios têm um efeito negativo sobre os direitos individuais e devem procurar resolvê-los.

5. Os sistemas abertos protegem os DESC - A internet permite o exercício dos DESC pelas comunidades e os grupos, às vezes sem a intervenção dos Estados³. E o software e os padrões abertos são mais propícios a essa forma de empoderamento. Também facilitam o fornecimento de melhores serviços pelos governos - uma vez que o software pode ser adaptado para atender a necessidades específicas, além de representar economia de dinheiro, dispensando o pagamento de licenças e evitando restrições de uso.

6. O conteúdo aberto promove a educação, a participação na vida cultural e o acesso aos benefícios do progresso científico - Em geral o conteúdo aberto - disponível on-line de forma gratuita - estimula a curiosidade científica e promove a educação e o intercâmbio cultural. Por exemplo, o ex-Relator Especial sobre direitos culturais propôs a “adoção de uma abordagem de bem público para a inovação e a difusão do conhecimento”, ao passo que a Comunidade Europeia decidiu recentemente fornecer acesso público gratuito a todos os

1 www.ifla.org

2 Ver o Global Information Technology Report 2015 de WEF: www3.weforum.org/docs/WEF_Global_IT_Report_2015.pdf y el 2016 Digital Dividends report del Banco Mundial www.worldbank.org/wdr2016

3 Por exemplo, o projeto espanhol CitizenSqKm www.citizensqkm.net

artigos científicos concebidos com fundos públicos, no máximo até 2020. ⁴Ao mesmo tempo que os sistemas alternativos de licenças como o Creative Commons devem ser apoiados, acreditamos que pelo menos o conteúdo gerado por fundos públicos deveria estar disponível on-line gratuitamente, incluindo os recursos educacionais.

7. O setor privado desempenha um papel fundamental na prestação de serviços de internet para os DESC - Porque grande parte da internet pertence e é administrada pelo setor privado, os intermediários, tais como os buscadores, os provedores de acesso (ISPs) e de conteúdo, podem desempenhar um papel crítico no exercício on-line dos DESC. Podem limitar e restringir o acesso à internet e a conteúdo específicos e, assim, limitar a participação pública e a capacidade da internet de apoiar o exercício dos DESC. Por exemplo, as evidências sugerem que os algoritmos dos buscadores como o Google têm a capacidade de influenciar as percepções populares sobre a cultura e limitar o acesso à informação. Enquanto a internet de algum modo oferece formas de combater os monopólios da mídia tradicional, a sua corporativização, por meio de empresas como Google, Facebook, Apple e Microsoft, e a convergência de grandes fornecedores de acesso com empresas de mídia, como a Rede Globo no Brasil, estão reduzindo o potencial da internet para permitir o exercício dos DESC⁵. Ao mesmo tempo, a expansão e a imposição do regime de propriedade intelectual e de direitos de autor entram em conflito com o direito de acesso aos benefícios da ciência e da tecnologia e ao conteúdo educacional e cultural em

geral. Portanto, é importante que os intermediários da internet assumam a responsabilidade de respeitar os direitos humanos, tal como definidos pelos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas⁶.

Conclusão

Incorporar os DESC na análise das políticas da internet pode ser mais abrangente e consistente que limitar o enfoque exclusivamente aos direitos civis e políticos, refletindo a universalidade, indivisibilidade, interdependência e correlação de todos os direitos humanos, bem como o potencial da internet para influenciar e melhorar todos os aspectos da vida das pessoas. Se não conseguirmos isso, corremos o risco de diluir o potencial da internet como facilitador de todos os direitos humanos, bem como de aumentar a desigualdade e a discriminação dentro das sociedades e entre elas. <

4 Khomami, N. (2016, 28 mayo). Todos os papers científicos serão de livre acesso em 2020 segundo a proposta da UE. The Guardian. www.theguardian.com/science/2016/may/28/eu-ministers-2020-target-free-access-scientific-papers

5 Jensen, M. (2016, 18 marzo). Digital convergence: Global trends in broadband and broadcast media concentration. APCNews. <https://www.apc.org/en/news/digital-convergence-global-trends-broadband-and-br>

6 http://www.ohchr.org/Documents/Publications/HR.PUB.12.2_sp.pdf; ver também: Sullivan, D. (2016). Business and digital rights: Taking stock of the UN Guiding Principles for Business and Human Rights in the ICT sector. APC. <https://www.apc.org/en/pubs/business-and-digital-rights-taking-stock-un-guidin>

Costa Rica: polos tecnológicos rurais

Kemly Camacho

A Costa Rica vem se destacando como um dos países da região latino-americana com um setor produtivo digital dinâmico, em constante crescimento e com alto potencial de desenvolvimento. No entanto, um setor econômico digital forte, sem uma política pública inclusiva e solidária, aprofunda as desigualdades digitais.

As oportunidades geradas se concentram principalmente em homens brancos da zona metropolitana, aprofundando as desigualdades econômicas de gênero já existentes, assim como as que distanciam o meio urbano do rural. Esta situação, que se apresenta no caso da Costa Rica, é a mesma de outros países da região e do mundo: o setor produtivo digital tende a gerar concentração, produzindo novas exclusões que afetam os direitos econômicos das populações mais vulneráveis.

Uma situação particular, contudo, vem se consolidando na zona norte costarricense, especificamente em Ciudad Quesada (capital do município de São Carlos), onde foi se gestando um polo tecnológico rural. Desde 2012, nossa Cooperativa Sulá Batsú trabalha na região promovendo a inclusão e a liderança de mulheres neste incipiente mas forte polo tecnológico.

Evidencia-se um polo tecnológico em São Carlos pela contribuição econômica de nove empresas de base digital criadas e consolidadas a partir da própria iniciativa local, pelos 250 empregos que geram neste momento para a população rural, pela capacidade de

organização própria, que estimula novos empreendimentos digitais, e pela participação deste setor de tecnologia no estabelecimento de uma cultura digital nas demais atividades econômicas, sociais, políticas e culturais da zona. Assim, este é um setor tecnológico que não só se preocupa consigo mesmo, mas também com a dinamização da área em que se localiza.

Nossa pesquisa identificou condições que permitem a criação e consolidação de um polo tecnológico rural, e que precisam continuar sendo aprofundadas:

A. A existência de cursos na área tecnológica na região - Definitivamente, as excelentes iniciativas de formação em tecnologias digitais que estão sendo criadas pelas instituições acadêmicas da região são um fator-chave¹. A partir delas, promove-se a pesquisa e a atualização em tecnologias digitais na área.

B. Os professores e professoras dos cursos de tecnologia são da própria região - Uma quantidade significativa de professores das novas gerações são da zona norte, o que fortalece um sentimento de identidade já existente no local. Muitos deles são ao mesmo tempo empreendedores que criaram as pequenas e médias empresas da região, estabelecendo um círculo virtuoso que impulsiona as futuras gerações a criarem novas iniciativas e a participarem neste polo tecnológico que foi se perfilando como uma oportunidade.

Kemly Camacho integra a cooperativa Sula Batsú (<http://sulabatsu.com>), da Costa Rica.

¹ Universidade Técnica Nacional, Instituto Tecnológico da Costa Rica, Instituto Nacional de Aprendizagem e Escolas Técnicas Profissionais

Aspectos que favorecem a construção de um polo tecnológico rural:

1. Universidades que formem jovens com alto nível em tecnologias digitais.
2. Professores da região que demonstrem com seu próprio trabalho a importância das tecnologias digitais para a área.
3. Programas que criem condições de oportunidade para os jovens das zonas rurais (bolsas, residências, horários adequados, etc.).
4. Redução da desigualdade digital.
5. Cultura cooperativa, associativa e trabalho em rede.
6. Empresas digitais pioneiras que confiem no potencial das zonas rurais.
7. Sentimento de pertencimento dos jovens em relação a seu lugar de origem e interesse em permanecer para contribuir a seu próprio desenvolvimento.

A. Oportunidades para as populações jovens da região - Apesar da redução dos programas sociais nacionais nas últimas décadas, deve-se reconhecer que continuam existindo algumas oportunidades para as pessoas das zonas vulneráveis do país. A possibilidade de dispor de bolsas, residências para os estudantes, laboratórios, subsídios, horários noturnos para trabalhar paralelamente ao estudo, entre outros aspectos, foi imprescindível para que meninas e meninos de origem camponesa pudessem fazer cursos na área tecnológica.

B. Uma empresa digital motor do polo tecnológico - É importante destacar o papel desempenhado por uma empresa nacional² como pioneira na construção de polos tecnológicos rurais. Esta companhia não somente decidiu transferir parte de suas operações para a zona rural, gerando oportunidades de emprego para os jovens da região, como também incentivou que sua direção fosse ocupada por pessoas locais, promoveu e apoiou o empreendimento digital de novos atores, e participou em diferentes espaços da região para marcar a importância do desenvolvimento do polo tecnológico.

C. Uma empresa de eletrificação da zona que fornece conectividade local - Não poderia deixar de mencionar o papel de uma cooperativa local³, cujo propósito original era a eletrificação rural e que, depois, voltou seu foco para telecomunicações e conectividade rural.

D. Um intenso trabalho em redes na zona - Apesar dos desafios envolvidos no trabalho em parceria, destaca-se neste município o bom funcionamento de diferentes mecanismos baseados na criação de redes. O município tem uma cultura de trabalho em parceria, e o setor digital se integrou a estes espaços com suas potencialidades e demandas, tendo não apenas uma grande aceitação, mas também contribuindo com o valor agregado da perspectiva das oportunidades digitais.

E. Pertencimento ao lugar de origem - Existe um consenso relevante por parte dos empreendedores digitais sobre a importância do pertencimento à região. Todos eles tiveram a oportunidade de migrar para uma área metropolitana, ligar-se a empresas transnacionais e nacionais no centro do país. No entanto, houve um fator determinante para motivá-los

2 Avantica S.A.

3 Coopesca R.L.

a permanecer na região, criar seus próprios empreendimentos na área e atrair novos profissionais locais para permanecerem lá.

A participação das mulheres e de outras populações

Como ocorre em geral no setor das tecnologias digitais, a participação feminina é muito baixa na zona norte da Costa Rica¹. Importantes esforços devem ser realizados na área para promover a inclusão destas populações no polo tecnológico rural. Consegui-lo seria um exemplo ainda mais significativo.

Neste sentido, trabalhou-se na construção de uma liderança feminina no setor das tecnologias digitais da zona², não apenas promovendo a integração de mais mulheres a este setor, mas também incentivando sua capacidade de se transformarem em líderes no polo tecnológico, e logo poderem se tornar donas de empreendimentos locais de base digital.

É necessário continuar avançando na construção deste polo tecnológico e documentá-lo detalhadamente, de tal forma que se possa construir um modelo de desenvolvimento local baseado no digital.

Um polo tecnológico rural deve partir da perspectiva dos direitos econômicos das populações rurais, no marco da economia digital, para que se encontrem alternativas factíveis para a inclusão de populações vulneráveis e para a redução do impacto da economia digital na exclusão das populações rurais. O polo deve contribuir para resolver os problemas locais com tecnologia.

1 Como lo es también la participación indígena, de población con discapacidad o población afrodescendiente.

2 Programa TIC-as de la Cooperativa Sulá Batsú

É necessário fortalecer as iniciativas que estão permitindo a construção deste polo tecnológico rural e replicá-las em outros espaços nacionais e internacionais (cursos universitários, bolsas, professores locais, empreendedores-professores, etc.). Além disso, é importante criar políticas públicas para apoiar e incentivar o empreendimento de base digital local em zonas rurais.

Ou seja, consolidar o trabalho em rede entre o setor digital e outros setores nas zonas rurais de modo a promover um benefício mútuo. ☞

Colômbia: o papel das TIC no processo de paz

Olga Paz Martínez

Este artigo analisa o papel das TIC para promover o diálogo e a vivência de uma paz estável e duradoura, a propósito do Acordo de Paz na Colômbia. Várias iniciativas foram desenvolvidas para incentivar ações de construção de paz nos territórios, compartilhar o conhecimento, facilitar o diálogo entre diferentes partes, divulgar histórias inspiradoras e proporcionar melhores oportunidades para as pessoas por meio das TIC. O desafio é utilizar as TIC para monitorar a implementação do acordo.

As negociações de paz entre o governo colombiano e o grupo Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP) foram iniciadas oficialmente em novembro de 2012 e finalizadas quatro anos depois. Em 29 de agosto de 2016, começou o cessar fogo bilateral e definitivo, e, no mesmo dia, o Congresso da República aprovou o texto do Acordo. Em 2 de outubro de 2016, foi realizado um referendo nacional para o documento. Embora o “não” tenha vencido, os meios de comunicação divulgaram as estratégias questionáveis utilizadas pela campanha do “não”; pelo visto, a desinformação foi a arma mais utilizada para persuadir os votantes.¹

Após o referendo, o governo colombiano renegotiou os termos propostos com setores do “não” e um novo Acordo foi ratificado pelo Congresso da República em 30 de novembro de 2016. Em 12 de dezembro, o Tribunal Constitucional aprovou o Ato Legislativo para a Paz,

criado para facilitar a implementação do Acordo. Desde o final de 2016, ex-combatentes das FARC estão se dirigindo a 26 áreas municipais rurais transitórias de normalização, onde vão deixar as armas e se preparar para a sua reincorporação à vida civil.

Experiências relevantes

Uma das iniciativas pioneiras com uso de TIC para o processo de paz é o Tecido de Comunicação e as Relações Externas para a Verdade e a Vida, da Associação dos Conselhos Indígenas do Norte de Cauca (ACIN). Liderado pelos indígenas nasa, o Tecido articula de forma complementar mídias como rádio, internet, impressos e vídeos, com formas de comunicação comunitária como assembleias, mutirões, rituais, entre outros.

Outras experiências são a Aliança Educação para a Construção de Cultura de Paz e o Observatório de Paz. A Aliança foi formada em 2002 e, desde então, compartilhou 300 experiências em seu portal sobre temas como direitos humanos, resolução de conflitos, educação política, identidade cultural e criação de emprego. O Observatório da Paz é uma organização social criada em 1996 para promover o diálogo da paz por meio da educação, da pesquisa e da geração de conhecimento.

Outras duas iniciativas que usam as TIC para oferecer treinamento para as pessoas em áreas vulneráveis e afetadas pelo conflito são as Escolas Digitais Camponesas da Ação Cultural Popular (ACPO) e o projeto JuvenTIC.

Olga Paz Martínez integra a ONG Colnodo (www.colnodo.org.co), da Colômbia.

As Escolas Digitais Camponesas (EDC) criam oportunidades educacionais com cursos online voltados para a população rural, promovendo a sua inclusão social, cultural, digital e econômica.

JuvenTIC, coordenado pelo Colnodo com o apoio do Google, tenta contribuir para o processo de paz e para a inclusão social, com o fortalecimento das habilidades e conhecimentos das TIC de pessoas jovens afetadas pelo conflito armado, que têm poucas oportunidades educacionais. A meta é que os jovens tenham mais ferramentas para competir no mercado de trabalho, aumentar as suas oportunidades de emprego e ajudar a fortalecer os seus empreendimentos¹.

A iniciativa cidadã Forjando Paz procura contribuir para a construção da paz com a promoção do conhecimento dos acordos por meio de diversas ferramentas pedagógicas e de comunicação. Uma delas é Dejemos de Matarnos (Deixemos de nos Matar), que trabalha com vídeos explicativos e didáticos sobre o contexto do conflito, a história e o conteúdo do Acordo.

A ONG Corporação Viva La Ciudadanía (Viva a Ciudadania) desenvolveu a iniciativa Comum Acordo, que procura sensibilizar e promover o diálogo sobre o Acordo, assim como fomentar a participação cidadã em sua implementação. Esta iniciativa usa o rótulo #Nomasviolencia.

Recursos para a conversa, a memória, as vozes

Cada vez mais, as TIC são utilizadas para promover discursos de ódio e conteúdo violento, tornando vulneráveis os direitos das pessoas. Em tempos de paz, as TIC podem contribuir para a construção do diálogo, da documentação e a divulgação de experiências, para

1 JuvenTIC tem participantes de municípios nos quais o acordo de paz habilitou a reconciliação e o fortalecimento do tecido social, como Vigía del Fuerte e San Carlos (Antioquia), Carmen de Atrato (Chocó), Granada (Meta), Campoalegre (Huila), Toribio (Cauca) e Buenaventura (Valle), entre outros.

a educação de populações e para combater mensagens discriminatórias.

Um desafio é utilizar as TIC para recuperar a memória histórica, fazer o luto, reeditar a lembrança, para pouco a pouco ir curando as feridas do conflito; praticar a memória como "... processo aberto de reinterpretação do passado que desfaz e refaz os seus nós para que se ensaiem novos acontecimentos e entendimentos"². As TIC podem ajudar a que o esquecimento não faça perder de vista os fatos trágicos da guerra e permita seguir construindo e narrando as histórias.

Se em alguma coisa ajudaram as TIC, é a produzir e divulgar discursos que embora não cheguem a ser massivos e a fazer contrapeso aos discursos hegemônicos dos meios de comunicação de massa, permitem propor posturas diferentes, heterogêneas, não oficialistas, menos permeadas por interesses políticos e econômicos. São vozes que saem do padrão comunicativo e discursivo dos meios tradicionais, e têm o potencial de gerar opiniões mais qualificadas.

Para tornar possível uma cultura de paz, o desafio é aprender a conviver entre conflitos locais, antagonismos entre posturas, diversidade de crenças e pensamentos, mas sem que essas diferenças se transformem em razões para o ódio, a perseguição e a violência entre os que pensam diferente. As TIC podem contribuir para esse diálogo mais harmonioso, para conseguir acordos de entendimento e a evidenciar todas essas histórias locais que são exemplo de conversa, de consenso, de negociação e de convivência. Não é evitar a contradição ou o desacordo, trata-se de convocar formas negociadas de solucionar os desacordos para que o conflito seja uma oportunidade de crescer e não um motivo para a divisão e a violência. ⚡

2 Richard, N. (1998). Resíduos e metáforas: ensaios de crítica cultural sobre o Chile da transição. Santiago: Editorial Cuarto Propio.

Panamá: benefícios e riscos do teletrabalho

Krizia Matthew

A evolução tecnológica e o aumento do uso da internet em todo o mundo colocaram à prova muitas das conhecidas formas de oferecer serviços aos consumidores e também revolucionaram o setor do trabalho. Novas formas de trabalho, que eram impensáveis no passado, são possíveis na atualidade graças às alternativas e às vantagens oferecidas pelas Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs). Um exemplo disso é o teletrabalho.

Esta forma de trabalho contribui potencialmente para um maior equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional, oferecendo mais qualidade de vida e oportunidades de um emprego remunerado para grupos minoritários e pessoas com deficiências.

O Panamá possui uma economia voltada para serviços; é um centro para as operações empresariais globais e regionais e é sede para multinacionais. Em torno de 46 empresas no Panamá (Dell Panamá, Sitel, PWC etc.) empregam teletrabalhadores. Contamos com uma sólida infraestrutura de banda larga e o número de usuários de internet está aumentando. O Panamá está juridicamente preparado para esta nova forma de trabalho? Pode garantir a proteção adequada dos direitos dos trabalhadores?

O Panamá ratificou o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em 1977, mas não possui leis que o regulem; o Código do Trabalho de 1971 continha dois artigos dedicados ao “trabalho em domicílio”, que podiam ser interpretados como parcialmente relativos ao teletrabalho; no entanto, foram anulados em 1986. Portanto, o Código do Trabalho deve ser aplicado a todos os trabalhadores do mesmo modo.

Krizia Matthew é integrante da Ipandetec (www.ipandetec.org), do Panamá.

Os teletrabalhadores são considerados funcionários normais pela legislação trabalhista, e o marco de compromisso entre os teletrabalhadores e os empregadores está definido pelo contrato entre os dois, ou os termos do contrato de serviço.

Como são definidos os direitos de um teletrabalhador e os deveres de um empregador, quando a definição é geral e se baseia em ideias antiquadas do que o trabalho significa?

O Pacto afirma a obrigação dos Estados de garantir o direito a não ser privado de trabalho. Esta definição enfatiza a importância do trabalho para o desenvolvimento pessoal, assim como para a integração social e econômica. A regulação ajudará a expandir as oportunidades no mercado de trabalho, mas de modo que os direitos dos trabalhadores estejam garantidos.

Uma definição geral de teletrabalho é essencial para regular o setor; permitirá diferentes tipos, categorias e direitos e obrigações, como a remuneração mínima, padrões de saúde e segurança. Uma definição permitirá que os legisladores o diferenciem de outras formas de trabalho semelhantes, tais como o trabalho em domicílio.

Há outro conceito que normalmente é utilizado, mas é ligeiramente diferente do teletrabalho: o “trabalho à distância ou remoto”, um conceito utilizado nas empresas, que é um benefício que as empresas concedem a seus funcionários, o que lhes permite trabalhar a partir de uma localização diferente, embora a sua presença ocasional no escritório seja geralmente necessária. Devem ser cumpridas as mesmas normas e obrigações a que estão sujeitos os funcionários que trabalham no escritório.

Algumas diretrizes, como o Acordo Europeu sobre Teletrabalho, poderiam ajudar os legisladores a determinar os principais elementos, características, e a elaborar uma definição. Este acordo, que foi assinado pela CES, UNICE, UEAPME e CEEP, afirma que os teletrabalhadores devem ter as mesmas normas que os funcionários que trabalham em um escritório.

O Teletrabalho oferece potencialmente vários benefícios para os trabalhadores e as empresas. No Panamá, atualmente, o relacionamento com os funcionários de teletrabalho é definido pelo empregador. Nesses tipos de contrato, normalmente não há benefícios de emprego, uma situação que também favorece a empresa pelos menores custos administrativos.

Um relatório da Fundação Europeia para saúde e questões de segurança constatou, em relação aos teletrabalhadores, que em países como a Irlanda o teletrabalho com frequência leva a uma falta de contatos formais e informais e que os trabalhadores passam períodos muito longos isolados. Em alguns países, como Portugal e Países Baixos, esses funcionários estão obrigados a fazer visitas periódicas aos escritórios da empresa. O isolamento também pode criar dificuldades em relação ao cumprimento dos deveres de trabalho – especialmente se existem dificuldades na comunicação –, assim como para obter respostas a suas perguntas a tempo.

Os teletrabalhadores têm que gerir o seu tempo. Há uma tendência a trabalhar mais horas, quando se trabalha fora de um escritório; uma situação que pode gerar conflitos familiares devido às múltiplas funções e compromissos de trabalho.

Além disso, os salários dos teletrabalhadores são geralmente mais baixos; o tempo extra das horas de trabalho não costuma ser recompensado. Pesquisas no Reino Unido demonstraram que os teletrabalhadores da área de TI ganhavam entre 19% e 29% a menos que os trabalhadores que realizam atividades semelhantes.

Por outro lado, o teletrabalho pode oferecer uma alternativa de trabalho que proporciona flexibilidade e uma série de benefícios. Promove a inclusão, é uma alternativa eficaz para as pessoas com deficiência, mulheres que estão amamentando ou pessoas que vivem em áreas rurais.

O Panamá também pode aprender com as organizações internacionais que estão trabalhando na área do teletrabalho, tais como o Departamento de Políticas Setoriais na Organização Internacional do Trabalho, que organizou eventos como o Fórum de Diálogo Mundial sobre os desafios e as oportunidades de teletrabalho para os trabalhadores e os empregadores, nas TIC e nos serviços financeiros. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento oferece aos seus Estados-Membros assistência técnica e cooperação para a pesquisa, o desenho e a execução de políticas relacionadas ao seu trabalho.

Etapas de ação

A seguir, constam as prioridades para a sociedade civil:

- É necessário desenvolver uma definição de teletrabalho para estabelecer um marco legal de acordo com ela. Esse marco legal deve estabelecer direitos claros e obrigações, e também regulamentos relativos à segurança e à saúde no trabalho, horas de trabalho razoáveis, disposições em matéria de licença de maternidade e sanções para aquelas companhias que não cumprem os regulamentos.
- As companhias precisam desenvolver programas e políticas que lhes permitam estabelecer condições de trabalho razoáveis. É importante estabelecer arranjos apropriados de trabalho, políticas relacionadas com a promoção de trabalho e treinamento.
- Qualquer acordo sobre teletrabalho deve ter como objetivo que as políticas sejam justas em relação a gênero e deficiências. <

Uruguai: uma estratégia de desenvolvimento humano informacional

Ana Rivoir e Santiago Escuder

No período de 2005 a 2015, o Uruguai melhorou os índices de pobreza, indigência, assim como as taxas de ocupação e o produto interno bruto do país¹. Houve também uma importante expansão das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), devido a vários fatores: um mercado mais acessível, em função da diminuição de preços dos dispositivos e da conectividade; o aumento do poder aquisitivo da população; e também as políticas públicas de inclusão digital implementadas nesse período no país², para combater a existência de desigualdades sociais e digitais³.

Desde 2005 a estratégia de desenvolvimento do Uruguai implicou a implementação de políticas de redução das desigualdades sociais, econômicas e culturais, e deu ênfase especial na redução de desigualdades digitais. A elaboração e a execução da Agenda Digital

do Uruguai em suas três edições (de 2007 a 2015) refletem esses esforços⁴. As ações da empresa de telecomunicações estatal pública ANTEL – para a universalização da internet nos lares e as iniciativas para facilitar o acesso – contribuíram para este desenvolvimento⁵. Essas políticas fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento que descrevemos como de “desenvolvimento humano informacional”, que tenta vincular os direitos econômicos, sociais e culturais (DESC), ao mesmo tempo que busca o crescimento econômico no contexto da economia global⁶.

Acesso às TIC e a sua contribuição para os DESC

O Ceibal é um programa que começou em 2007, com a concessão de um laptop a cada criança e docente da escola pública (pré-escolar, primária, ensino médio e técnico), de forma universal, e progressivamente foi desenvolvendo e ampliando o seu escopo. Inclui, na atualidade, diversas iniciativas, programas, aplicativos e conteúdos⁷. Os direitos digitais foram sendo consolidados na legislação

1 Dados de indicadores sociais e econômicos disponíveis no Banco Mundial, <http://datos.bancomundial.org/pais/uruguay?view=chart> (data de consulta 21/09/2016)

2 Dados sobre a acessibilidade e o acesso do Uruguai às TIC disponíveis em ITU: <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx> (data de consulta 21/09/2016)

3 Ver: Pittaluga, L. y A. Rivoir One Laptop per Child and Bridging the Digital Divide: The Case of Plan CEIBAL in Uruguay. *Information Technologies & International Development*. <http://itidjournal.org/index.php/itid/article/view/961/402>

4 Ver Estratégia Digital em: http://www.agesic.gub.uy/innovaportal/v/447/1/agesic/agenda_digital.html?menuderecho=11

5 Existe a política “Universal Hogares” que provê a todos os lares que disponham de um telefone fixo 1 Gb de conexão. Disponível em: <https://tienda.antel.com.uy/plan/mdm:prdo:off:id:1318> (data de consulta 21/09/2016)

6 Rivoir, A.; S. Escuder; G. Vázquez (2016) “O modo de desenvolvimento uruguaio: inflexão histórica ou estancamento estrutural”. Em: F. Calderón (coord.) *Desenvolvimento, Inovação e Multiculturalismo na América Latina*.

7 Para mais informações www.ceibal.org

Ana Rivoir e Msc. Santiago Escuder *integram o ObservaTIC (www.observatic.edu.uy), do Uruguai.*

e nos documentos de política (conteúdos digitais, universalidade do acesso)¹.

Na atualidade, 59,7% dos lares dispõem de algum tipo de conexão com a internet, aproximadamente 27,4% deles contam com algum tipo de dispositivo oferecido pelo Ceibal. Estes alcançam 53% dos lares mais pobres. Os beneficiários diretos são aproximadamente 670.312 (professores e alunos de educação primária e secundária); 99% dos centros educacionais têm acesso à internet; também há sinal Wi-Fi de internet em espaços públicos (praças e espaços recreativos); e pelo menos 3% dos lares têm acesso à rede por sua proximidade ao sinal de Wi-Fi.

Desde o início, a finalidade do Ceibal foi buscar a inclusão social, o que significou promover também os DESC. Por ter sido implementado por meio do sistema de educação primária, o objetivo educacional foi adquirindo progressivamente mais importância.

O investimento econômico e a vontade política não foram barreiras, pois a ação contou com orçamento nacional, por iniciativa da Presidência da República, e com o apoio de todos os partidos políticos. Desde o início, o plano teve também a simpatia da população. De acordo com dados da avaliação anual do Ceibal, que pesquisava o nível de acordo e desacordo com o plano, em 2014 mais de 67% dos entrevistados estavam de acordo com a sua implantação e o consideravam muito benéfico. Por outro lado, 79% dos beneficiários consideravam que o Plano Ceibal produziria uma mudança social com vistas ao futuro.

O problema mais significativo foi a falta de adoção de forma massiva por parte dos professores para o uso educacional, apesar de se declararem de acordo com o Ceibal. Uma

1 Segundo o relatório “Principais alinhamentos estratégicos” <http://www.ceibal.edu.uy/documents/informe%20plan%20estrategico%20ceibal.pdf>

das causas para essa dificuldade foi atribuída à modalidade particular de implementação “de cima para baixo” do plano, realizada por fora do sistema da administração da educação pública². Essa modalidade deu ao Plano exequibilidade e eficiência, mas não favoreceu o envolvimento de atores do sistema educacional, como os docentes³. Outras análises mencionam as dificuldades de transformação em inovação na educação, que transcendem os aspectos tecnológicos⁴.

Um fator importante e inovador dessa política foi o apoio de atores da sociedade na sua execução. De início, contribuíram para a distribuição dos dispositivos e posteriormente para os processos para seu uso e apropriação, com iniciativas para a formação docente ou com os estudantes. A principal motivação para esses atores foi gerar inclusão social por meio da inclusão digital. A Rede de Apoio ao Plano Ceibal (Rap Ceibal), integrada por voluntários que ajudam a dinamizar as ações, foi criada em 2007 e conta com aproximadamente 1,2 mil voluntários registrados. O CeibalJAM é outra organização de voluntários que desenvolvem aplicativos e conteúdos para o uso nos dispositivos do Ceibal, e o Projeto Flor de Ceibo é uma iniciativa da Universidade da República, a maior universidade estatal. O último projeto incorpora ações de ensino, pesquisa e de extensão universitária, nas quais participam estudantes das diferentes carreiras, de forma voluntária, e docentes universitários. Participaram no projeto e nas iniciativas mais de 5 mil estudantes e cem docentes⁵.

2 Larrouque, D. (2012): Plano Ceibal no Uruguai. Um exemplo de *bonne gouvernance*. Editorial: L’Harmattan. Francia.

3 Pittaluga, L. & A. Rivoir (2012) One Laptop per Child and Bridging the Digital Divide: The Case of Plan CEIBAL in Uruguay. *Information Technologies & International Development*, v.: 8 4, p.: 145 - 159, <http://itidjournal.org>.

4 Angeriz, E, Bañuls, G, Da Silva, M (2010): “TIC, XO, e depois: Novas relações com o conhecimento, novas construções da subjetividade”. Palestra apresentada na X Jornadas de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade da República.

5 <http://www.flordeceibo.edu.uy/>

Essas ações colaboraram para a ampliação dos efeitos positivos do Ceibal para os DESC, em termos de aproveitamento do uso das TIC para benefício do desenvolvimento das pessoas e das comunidades. As residências mais pobres são as que mais se beneficiaram com o acesso às tecnologias oferecido pelo Ceibal, pois são as que têm mais crianças nas escolas públicas. As maiores dificuldades se referem a conseguir um uso benéfico para o desenvolvimento dos DESC por parte dos demais integrantes das famílias.

As pessoas que vivem em lares que só acessam exclusivamente o laptop Ceibal (XO), seu único recurso tecnológico, em sua maioria o utilizam para se comunicar (71,8%), para buscar informação (85,7%), e com fins de entretenimento (82,8%). São realmente poucos os que o utilizam com fins didáticos e/ou educacionais (11,5%).⁶

A partir de pesquisas, são conhecidos os processos de apropriação por parte dos adultos integrantes dos lares, que mostram como esse acesso pode contribuir para ampliar os DESC⁷.

Aprendizagens e reflexões

A partir da experiência, pode-se concluir que as iniciativas para o acesso às tecnologias, mediante ações para a apropriação, reforçam a sua influência na consolidação dos DESC. A apropriação é o que torna verdadeiramente úteis e perduráveis os benefícios das TIC para as pessoas. Constitui o elemento que pode contribuir para melhorar as oportunidades econômicas e sociais, assim como o acesso à cultura e à criação. O Ceibal, como iniciativa,

colabora para esse processo em um contexto de crescimento econômico, desenvolvimento social baseado em políticas e no marco de uma estratégia de desenvolvimento humano informacional. Isso faz com que se conforme uma sinergia de ações e processos, na qual a iniciativa encontra um contexto fértil para as suas ações.

O papel mais importante que o Ceibal teve é o de facilitar o acesso da população à internet. O desafio é que as pessoas se constituam em portadoras de conhecimento, e não meramente em receptoras de informação. Esse parece ser um elemento central a ser estimulado, quando o acesso se produz no âmbito educacional. Para esse processo contribuíram as iniciativas de voluntários da sociedade civil e da universidade pública, com diversidade de ações e vínculo direto com os beneficiários.

Consolidar habilidades e capacidades digitais é sem dúvida uma fortaleza que contribui para os DESC. E é fundamental para aqueles setores da população mais excluídos econômica, social e culturalmente, pois lhes permite acessar informação e conhecimento que oferecem oportunidades de desenvolvimento pessoal e coletivo, em sociedades cada vez mais mediadas por tecnologias.⌂

6 Segundo o processamento próprio da Pesquisa Contínua de Lares, ano 2015.

7 Ver: Pittaluga, L. y A. Rivoir One Laptop per Child and Bridging the Digital Divide: The Case of Plan CEIBAL in Uruguay. Information Technologies & International Development. <http://itidjournal.org/index.php/itid/article/view/961/402>

Chile: programa para melhoria dos serviços de saúde beneficia grupos excluídos

Valentina Hernández

A pesar de o Chile integrar importantes Alianças com países de economias abertas, como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o seu sistema de saúde pública ainda está longe do ideal. Por um lado, os indicadores de saúde melhoraram; por outro, o sistema tem deficiências de serviço e um elevado custo direto para os usuários.

O Chile, contudo, é um dos primeiros países da América Latina a incorporar políticas públicas de tecnologias da informação e comunicação relativas ao exercício do direito fundamental à proteção da saúde. Especificamente, a Corporação de Fomento da Produção (CORFO), a principal agência chilena de desenvolvimento, lançou o “Saúde+Desenvolvimento” (S+D), um programa nacional estratégico que visa fortalecer o desenvolvimento e a administração de serviços de saúde.

A diretora do programa, Aisén Etcheverry, expôs as principais características e os desafios enfrentados pela iniciativa, que está inserida em um contexto particular. O Estado chileno reconheceu formalmente o direito à proteção da saúde desde a assinatura e a ratificação do

Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em 1972. Mas o pacto só ganhou ter força de lei da República em 1989, depois da entrada em vigor da Constituição de 1980. A partir das modificações no sistema econômico e nos benefícios estatais, feitas na Constituição desde o regime militar, o direito à proteção da saúde no Chile não implica um dever do Estado que possa ser exigido judicialmente - está previsto apenas o direito de escolher entre um prestador privado ou público de serviços de saúde. A prestação de serviços de saúde está, desde então, intimamente ligada à capacidade de pagamento de cada pessoa.

Alguns dos problemas atuais dos serviços de saúde no Chile são de recursos. A despesa pública com a saúde ainda está abaixo da média da OCDE. Há desafios persistentes, tais como o envelhecimento da população, o acesso deficiente e a qualidade dos serviços, deficiências de infraestrutura, lacunas de eficiência e de coordenação entre unidades e sistemas público-privados, e falta de liderança. Isso se traduz em problemas de acesso a serviços de saúde ou na falta de equipamentos e de profissionais em áreas rurais.

O maior problema reside no financiamento de serviços de saúde, que por sua vez suporta os custos das ineficiências mencionadas. O sistema de saúde do Chile depende de par-

Valentina Hernandez integra a ONG Derechos Digitales (www.derechosdigitales.org), do Chile

participação em um esquema de financiamento público ou privado de benefícios sanitários, muitas vezes por meio de um pagamento direto por esses serviços. O sistema público, o Fundo Nacional de Saúde, provê financiamento (muitas vezes parcial) para 78,3% da população, os quais não fazem parte do seguro privado por meio das Instituições de Saúde Previdenciária ou Isapres.

Dentro do sistema público, no qual está a grande maioria da população, a eficiência é fundamental. Embora haja um reconhecimento dos direitos das pessoas e dos deveres correlativos do Estado para a prestação de serviços de saúde ou de seu financiamento, a disponibilidade de recursos é limitada. A tecnologia serve para enfrentar os desafios associados a essa restrição e para reduzir os custos dos procedimentos. Por exemplo, a provisão de telemedicina e a realização de exames analisados remotamente permitem um maior acesso a partir de localidades remotas. A internet, por sua vez, permite a teleconsulta com clínicos gerais e especialistas. O uso de registros médicos centralizados, com informações do prontuário médico de cada paciente, pode levar à redução de custos duplicados em exames, diagnóstico e prescrição para a mesma pessoa, por diferentes médicos em diferentes partes do país. O programa S+D procura promover o uso da tecnologia dessa forma.

Superando dificuldades

A propósito, a implementação de sistemas modernos de serviços de saúde envolve problemas próprios, como a falta de conectividade em grande parte do território, ou a existência de sistemas de informação em diferentes instituições que não são compatíveis entre si para o manejo de dados sobre procedimentos ou pacientes, ou, ainda, problemas relacionados ao marco normativo para a proteção de dados pessoais e informações sensíveis, como são os dados médicos.

O programa S+D procura proporcionar apoio a iniciativas em tecnologia que se encarreguem dos problemas da saúde no Chile mediante o uso de tecnologias, coordenando o ponto de encontro entre as necessidades identificadas pelo governo e as soluções oferecidas por desenvolvedores. As prioridades são definidas de acordo com a análise de capacidades e inovação oferecidas, e procurando interoperabilidade e qualidade. Mesmo que o desenvolvimento destas soluções não encontre clientes suficientes na prestação privada de saúde, o Estado continua sendo um grande comprador de tecnologias, no seu dever associado ao direito de acesso a serviços para a proteção da saúde.

O programa está inserido em um contexto, no qual existe desigualdade não só quanto às possibilidades de acesso à saúde, mas também nas oportunidades de acesso à internet ou às capacidades de utilização, o que condiciona o seu potencial para a ajuda no exercício de direitos sociais. Por esta razão, tanto o programa S+D, como iniciativas de participação na elaboração de políticas de saúde e o avanço na conectividade e na capacitação para o uso de TIC tornam-se elementos-chaves, em conjunto, para o exercício do direito à proteção da saúde. A geração de evidências, a capacitação, a reforma legal em áreas relevantes e o investimento público em conectividade são fatores necessários para alcançar estes objetivos. <

Peru: as TIC dão voz às línguas indígenas

Roberto Anguis e Juan Bossio

A realidade linguística do Peru é extremamente diversificada. São 47 línguas indígenas ou originárias, que são faladas por 4.045.713 de pessoas, ou seja, 14,76% da população peruana. No entanto, “três estão em perigo, porque não são transmitidas para as crianças, e 18 delas em sério perigo, porque só são faladas por adultos mais velhos” (Gerardo García, especialista da Diretoria de Línguas Indígenas do Ministério da Cultura). Esta situação é agravada pelo racismo e pela discriminação que existem na sociedade peruana, o que fica evidente nas pesquisas que revelam, por exemplo, que os grupos mais vulneráveis a ataques racistas são os indígenas, em 63%, ou que 42% da população peruana consideram que o direito à identidade cultural das comunidades camponesas e nativas não é respeitado.

A esse contexto social adverso à promoção e ao uso das línguas indígenas ou nativas, soma-se o fato de que a maioria dos serviços de instituições públicas ou privadas não são bilíngues, ou os que são bilíngues, muito limitados. Com isso, geram-se processos mais estruturais de exclusão social, que perpetuam a discriminação linguística. A situação, portanto, apresenta desafios em relação à proteção e ao respeito da identidade cultural das pessoas.

Antecedentes políticos e sociais

A partir de processos de reivindicação incentivados pelas organizações indígenas, o Estado se sensibiliza e começa a se envolver mais no desenvolvimento de ações afirmativas que possam, juntamente com os povos indígenas, promover o reconhecimento positivo da diversidade cultural e linguística do país.

Roberto Anguis e Juan Bossio, do Departamento de Comunicações da Pontifícia Universidade Católica do Peru (<http://departamento.pucp.edu.pe/comunicaciones>)

Para Agustín Panizo, diretor de Línguas Indígenas do Ministério da Cultura, existe no país um fenômeno social de reivindicação cultural com antecedentes históricos ligados à conquista de direitos, que tiveram mais notoriedade no denominado Baguazo [em junho de 2009, ação da polícia e das Forças Armadas contra manifestantes indígenas resultou em 33 mortos - entre policiais e indígenas -- e consequente desalojamento de milhares de etnias da região de Bagua e Bagua Grande], no qual as organizações indígenas foram e são fundamentais para a geração de mudança social.

No entanto, as iniciativas de incidência política e de caráter comunicacional das organizações indígenas terminam sendo limitadas, devido ao baixo orçamento, à sua fraca representação política atual, e a uma sociedade, na qual a discriminação linguística persiste. Esta última é naturalizada sob a falsa concepção de que existe uma relação hierárquica entre as línguas.

Tornar visível para reconhecer e proteger

A promoção de uma cidadania que reconheça, respeite e estabeleça um diálogo com pessoas de diferentes culturas, sem estigmas ou tratamentos discriminatórios, é um dos maiores desafios não só do Estado, mas de toda a sociedade. Embora este seja um processo complexo e de longo prazo, é necessária a geração de iniciativas que, diante do contexto social, interpele e torne visível a diversidade cultural e linguística do país. Nos últimos anos, foram desenvolvidas algumas experiências concretas de uso de tecnologias da informação que tornam visível de forma global a diversidade linguística do Peru. Aqui nos ocuparemos de duas: o mapa sonoro e o vídeo kumbarikiria.

O “Mapa Sonoro Estatístico da Línguas Indígenas ou Originárias”, criado pelo Ministério da Cultura,

é uma plataforma virtual que permite ao usuário se aproximar da realidade linguística do Peru por meio de um mapa, no qual é possível encontrar informação sobre quais são os povos que falam as 47 línguas, e como elas soam. Essa ferramenta, por sua vez, é complementada por um repositório de informações, contendo o número de falantes das línguas mencionadas, e com a possibilidade de contatar um intérprete ou tradutor certificado para cumprir procedimentos oficiais.

Coletar áudios das línguas indígenas encontradas no mapa sonoro foi um trabalho árduo, que exigiu, inclusive, solicitar a pesquisadores e acadêmicos estrangeiros os áudios dos trabalhos de campo que realizaram no Peru. É preciso indicar que a divulgação do Mapa Sonoro não foi muito bem-sucedida, registrando apenas 5 mil visitas em 2015. Nesse sentido, o Estado deveria implementar melhores estratégias de comunicação.

Motivar as crianças

Outra iniciativa positiva tem sido a da Rádio Ucamara, que faz parte do Instituto de Promoção Social Amazônica (IPSA) do Vicariato de Iquitos. Funciona em Nauta, dentro da “Zona de Amortecimento da Reserva Nacional Pacaya - Samiria”, onde está o povo indígena kukama. O projeto “Memória e revitalização da língua kukama” começou em 2012, buscando responder ao problema de identidade e da exclusão social e racial enfrentado pelos kukama do distrito de Nauta. A sua estratégia procura incorporar duas gerações: a última, que fala kukama (idosos), e a primeira, que tem o castelhano como língua materna (crianças). Para a Rádio Ucamara, deixar que o kukama morra como língua é deixar que morra parte de sua cultura e cosmovisão. Por essa razão, eles decidiram realizar um vídeo para atrair a participação das crianças locais. No entanto, convocar as crianças para participar foi o primeiro obstáculo, porque eles não queriam cantar em kukama.

Kumbarikiria, vídeo filmado com o apoio da organização Create your Voice, mostra meninos e meninas kukama vencendo o medo de falar e cantar em sua

língua, aprendendo a entender os seus avós e misturando ritmos tradicionais e modernos. A canção conta a história do urubu, uma ave desprezada e que por isso se relaciona com a fala kukama. Este vídeo não só atraiu o interesse das crianças locais, como tem recebido muita atenção a nível local, regional, nacional e internacional. Foi visto mais de meio milhão de vezes e gerou uma série de reações na imprensa. Além disso, o vídeo gerou assistência à escola kukama, visibilidade para a rádio e para suas atividades, e interesse pelo kukama.

De acordo com o Protocolo de San Salvador, o direito de participar na vida cultural e artística “inclui o direito de agir livremente, de escolher a própria identidade, de se expressar na sua própria língua, para desenvolver e compartilhar seus conhecimentos e expressões culturais”.

Diante disso, é evidente que tanto o mapa sonoro das línguas indígenas quanto o vídeo kukama tentam gerar um processo de reconhecimento da diversidade linguística por parte da cidadania em geral, ativando o desenvolvimento de novos conhecimentos e capacidades para aqueles cidadãos e cidadãs que não reconhecem a diversidade cultural do país, e até mesmo para a própria gestão pública.

O processo é reforçado pelo uso das tecnologias da informação e da comunicação, que, ao gerirem a informação e o conhecimento, tornam-se ferramentas práticas para valorizar e proteger um patrimônio ativo e cultural, que são as línguas indígenas ou nativas.

O mapa sonoro e o vídeo kukama são ferramentas eficazes para dar visibilidade, mas acabam sendo muito limitadas, se não incluem a criação de espaços nos quais se produzam processos de diálogo e de reconhecimento mútuo. Há, então, o desafio de desenvolver estratégias mais inclusivas, em que os falantes de línguas indígenas sejam porta-vozes e interlocutores. Do contrário, o Mapa Sonoro permanecerá como um repositório de informações que só é consultado, e Kumbarikiria somente um vídeo emotivo para assistir e compartilhar, e a finalidade da recuperação e da revalorização das línguas continuará fora do alcance. ◀

AMERICA LATINA *em movimento*

**Publicação internacional de análise e
opinião da Agência Latino-Americana
de Informação (ALAI)**

ISSN No. 1390-1230

Diretor: Osvaldo León

ALAI: Endereço postal
Casilla 17-12-87, Quito, Equador

Sede no Equador:
Av. 12 de Octubre N18-24 y Patria
Of. 503, Quito, Equador
Tel: (593-2) 2528716 / 2505074
Fax: (593-2) 2505073

Site: <http://alainet.org>

Redação:
info@alainet.org

Assinaturas e publicidade:
alaiadmin@alai.net.org

ALAI é uma agência informativa sem
fins lucrativos constituída em 1976
na província de Quebec, no Canadá.

521

Edição em espanhol
fevereiro 2016
Ano 41, 2ª temporada

Edição em português
abril 2017

As informações contidas nesta publicação podem ser
reproduzidas desde que devidamente mencionada a fonte
com o envio de uma cópia à redação.

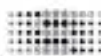
As opiniões contidas nos artigos assinados são de estrita
responsabilidade de seus autores e não refletem
necessariamente o pensamento da ALAI.

Assinatura da versão impressa em espanhol (10 números anuais)

	Individual	Institucional
Equador*	US\$ 34	US\$ 40
América Latina	US\$ 60	US\$ 80
Outros países	US\$ 75	US\$ 140

Como assinar:

www.alainet.org/revista.phtml
São aceitos pagamentos pela Internet



Senge-RJ

Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro
<http://www.sengerj.org.br>

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) completa, neste ano de 2017, 86 anos de lutas por uma sociedade justa, igualitária e inclusiva, pela democracia e pela soberania nacional. Fundado em 22 de setembro de 1931, foi o primeiro sindicato da categoria, então chamado, por atuar em âmbito nacional, de Sindicato Central dos Engenheiros. Sempre com sede no Rio de Janeiro, em 1978, após trabalhar ativamente em conjunto com os movimentos sociais para o fortalecimento do movimento sindical em todo o país, passa a representar os profissionais do estado como o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ). Saiba mais: www.senge-rj.org.br

Av. Rio Branco 277, 8º andar, Rio de Janeiro - RJ - Cep:20040-009

Telefone: (21) 3505-0707

Email: secretaria@sengerj2.org.br

Facebook: <https://www.facebook.com/senge.rio>

Twitter: <https://twitter.com/sengerj>

Edição/Português

Tradução: Luisa Lamas

Editoração: Aline Tavares Bezerra

Copydesk: Verônica Couto

Impressão: Walprint Gráfica Editora

Tiragem: 500

MUTUA

Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea



Há 4 décadas, a sua
Caixa de Assistência
ajuda a realizar
seus projetos
de vida.

E ainda ajudará
as próximas gerações
na realização
de seus próprios
sonhos.



CONFEA  **CREA**
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia

MUTUA-RJ
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA



www.mutua-rj.com.br
[/MutuadeAssistencia](https://www.facebook.com/MutuadeAssistencia)
[@comunicaMutua](https://www.instagram.com/comunicaMutua)
[Mútua](https://www.youtube.com/Mutua)

Av. Rio Branco, 156 - Sala 1237 - Ed. Av. Central
Centro - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 20.040-901
Tel.: (21) 2224-4295 / (21) 2221-3907

Central de Relacionamento Mútua
0800 61 0003



SOS BRASIL SOBERANO

A instabilidade política, gerada por conhecidos atores, instituições e partidos visando anular o resultado das eleições de 2014, arrastou o Brasil para a mais aguda crise econômica, institucional e ética da história da República. Ante o impasse político e institucional, o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro/Senge-RJ e a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros/Fisenge organizaram os simpósios SOS BRASIL SOBERANO com o objetivo de debater com a sociedade soluções imediatas e práticas para o dramático momento que vivemos.

Os debates acontecem em várias cidades brasileiras com a perspectiva de construirmos estratégias de retomada do desenvolvimento nacional. Para conseguirmos salvar o país do abismo onde foi lançado pelo atual governo em exercício precisamos ter a necessária clareza de que as bases concretas da Nação – a tecnologia, a educação e o trabalho – estão sendo consciente e sistematicamente destruídos pelas forças antinacionais hoje no comando do país. Tal processo deve, para além da denúncia, ser imediatamente detido e seus responsáveis denunciados por crimes de lesa-pátria.